



QUESTÃO SOCIAL E LUTAS SOCIAIS NAS DIRETRIZES CURRICULARES DO SERVIÇO SOCIAL


Social Issues and social struggles in The Social Service Curriculum Guidelines

Grupo Temático de Pesquisa da ABEPSS Movimentos Sociais e Serviço Social

Katia I. Marro*

 <https://orcid.org/0000-0001-8644-8508>

Maria Beatriz Abramides**

 <https://orcid.org/0000-0001-6347-8624>

Maria Clariça Ribeiro Guimarães***

 <https://orcid.org/0000-0003-0837-5694>

Maria Raimunda Penha Soares****

 <https://orcid.org/0000-0003-3360-7207>

Maria Teresa dos Santos*****

 <https://orcid.org/0000-0002-7916-9233>

Vanda Micheli Burginski*****

 <https://orcid.org/0000-0002-2866-5309>

* Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Associada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF/CURO, Rio das Ostras, Brasil). R. Recife, s/nº, Jardim Bela Vista, Rio das Ostras (RJ), CEP.: 28895-532. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Lutas Sociais e Classes Subalternas. E-mail: kmuffro@gmail.com.

** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Docente da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. (PUCSP, São Paulo, Brasil). R. Monte Alegre, n. 984, Perdizes, São Paulo (SP), CEP.: 05014-901. Coordenadora do NEAM-Núcleo de Estudos e Pesquisas em Aprofundamentos Marxistas. E-mail: biabramides@gmail.com.


*** Assistente Social. Mestra em Serviço Social. Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFRJ. Professora da Universidade Federal de Campina Grande. (UFCG, Campina Grande, Brasil). R. Sinfrônio Nazaré, n. 38 - Centro, Sousa (PB), CEP.: 58800-240. Pesquisadora do Grupo de Estudo, Pesquisa e Extensão em Trabalho, Lutas Sociais e Serviço Social (GETRALSS). E-mail: clarica.ribeiro@gmail.com.

**** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Associada do Curso de Serviço Social da Universidade Federal Fluminense (UFF/CURO, Rio das Ostras, Brasil). R. Recife, s/nº, Jardim Bela Vista, Rio das Ostras (RJ), CEP.: 28895-532. Coordenadora do Núcleo de Estudos e Pesquisas Afro-Brasileiros/NEAB. E-mail: raysoares2411@gmail.com.

***** Assistente Social. Doutora em Serviço Social. Professora Associada do Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC, Florianópolis, Brasil). R. Eng. Agrônomo Andrei Cristian Ferreira, s/n, Trindade, Florianópolis (SC), CEP.: 88040-900. Coordenadora do Núcleo de Estudos em Serviço Social e Organização Popular – Nesson/DSS/UFSC. E-mail: maria.teresa.santos@ufsc.br.

***** Assistente Social. Doutora em Política Social. Professora adjunta do Curso e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Tocantins (UFT, Campus Miracema, Brasil). Av. Lurdes Solino, s/nº, Setor Universitário, Bloco Administrativo, Miracema do Tocantins (TO), CEP.: 77650-000. E-mail: burginski@uft.edu.br.

DOI 10.22422/temporalis.2021v21n42p261-276

 © A(s) Autora(s)/O(s) Autor(es). 2021 **Acesso Aberto** Esta obra está licenciada sob os termos da Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional (https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR), que permite copiar e redistribuir o material em qualquer suporte ou formato, bem como adaptar, transformar e criar a partir deste material para qualquer fim, mesmo que comercial. O licenciante não pode revogar estes direitos desde que você respeite os termos da licença.

RESUMO

O artigo trata do debate das lutas sociais nas diretrizes curriculares do Serviço Social, tomando como referência a compreensão da questão social como eixo estruturante da formação profissional. Objetiva dar visibilidade aos conflitos e resistências presentes na configuração da questão social no Brasil e, para tanto, recorre a reflexões teórico-analíticas construídas a partir de revisão bibliográfica e documental, valendo-se especialmente de relatórios e materiais que em seu conjunto expressam o acúmulo até então produzido pelo GTP Movimentos Sociais e Serviço Social da Abepss. Argumenta, assim, que os movimentos e lutas das classes subalternas constituem fontes imprescindíveis para a compreensão dos fundamentos da questão social e de suas expressões contemporâneas, concluindo pelo reconhecimento do seu lugar estratégico na formação profissional em Serviço Social.

PALAVRAS-CHAVE

Movimentos Sociais. Lutas Sociais. Questão Social. Formação Profissional. Diretrizes Curriculares.

ABSTRACT

The article addresses the debate of social struggles in the curriculum guidelines of Social Service, taking as reference the understanding of the social issue as a structuring axis of professional training. It aims to give visibility to the conflicts and resistances present in the configuration of the social issue in Brazil and, to this end, it resorts to theoretical and analytical reflections based on bibliographic and document review, especially using reports and materials that as a whole express the accumulation produced so far by the GTP Social Movements and Social Service of Abepss. It argues, thus, that the movements and struggles of the subaltern classes constitute essential sources for the understanding of the foundations of the social issue and its contemporary expressions, concluding by recognizing their strategic place in the professional training in Social Work.

KEYWORDS

Social Movements. Social Struggles. Social Issue. Professional Education. Curricular Guidelines.

INTRODUÇÃO

Este artigo aborda o debate das lutas sociais nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, tendo como referência a compreensão da questão social como eixo estruturante da formação profissional.

Com a perspectiva de se atribuir maior visibilidade aos conflitos e resistências presentes na configuração da questão social no Brasil, recorreremos às reflexões teórico-analíticas construídas a partir de revisão bibliográfica e documental, valendo-se especialmente de relatórios e materiais que em seu conjunto expressam o acúmulo até então produzido pelo GTP Movimentos Sociais e Serviço Social da Abepss.

Nas diretrizes curriculares do curso de serviço social de 1996, a *questão social* é apontada como um dos pressupostos da formação profissional. Compreende-se o seu surgimento a partir das mesmas relações sociais que fundam a sociedade no capitalismo. A questão social é entendida como basilar à fundação do Serviço social na sociedade capitalista, sendo considerada “[...] o elemento que dá concretude à profissão [...] e que nesta qualidade, portanto, deve constituir o eixo ordenador do currículo” (CARDOSO *et al.*, 1997, p. 20-21).

A compreensão da centralidade da questão social em suas múltiplas expressões, como eixo norteador da formação profissional e objeto de intervenção da/o assistente social não se deu sem um amplo debate, destacando-se preocupações com o alerta “[...] para que não se reduza a *Questão Social* ao conteúdo de uma disciplina, pois, como fundamento básico da profissão, sua abordagem pode ter momentos específicos, mas deve estar presente transversalmente em todo o currículo” (CARDOSO, 2000, p. 16, grifos da autora).

Para os fins do presente artigo, em que se problematiza o debate das lutas sociais nas diretrizes curriculares, importa destacar que não se pode descolar os conteúdos previstos voltados à compreensão da superação da questão social por um processo revolucionário de emancipação humana, do contexto conservador de sua implementação, marcado pelo avanço do projeto neoliberal a partir dos anos de 1990.

Pesquisa realizada pela Abepss em 2006, sobre o processo de implementação das diretrizes curriculares, apontava, nesse sentido, que a incorporação da questão social como premissa da formação profissional da/o assistente social tem se mostrado como aspecto desafiador. Segundo Tavares (2007) a unanimidade no discurso recorrente na profissão de que *a questão social resulta da relação capital x trabalho*, revela-se insuficiente para garantir a direção social da profissão.

Por outro lado, é inegável que nos últimos anos houve um avanço no debate sobre as particularidades das lutas de classes no Brasil, em especial, com um olhar crítico voltado para as relações étnico-raciais como estruturantes na formação social brasileira. Desta forma, toma corpo, dentro do serviço social, com repercussões em colóquios, produções científicas e documentos do Cfess e da Abepss (ABEPSS, 2018; ELPÍDIO, 2020) a assertiva de que não é possível debater questão social, sem considerar os quase quatrocentos anos de escravidão no Brasil, bem como as lutas e resistências a este processo desumano de exploração e opressão contra negros e indígenas. O entendimento da questão racial como nuclear à questão social (GONÇALVES, 2018) impõe ao serviço social o desafio não só de entender como o racismo estrutura relações sociais e cria raízes que sustentam, imbricadas a outras formas de opressão, o capitalismo dependente, mas por outro lado, se apropriar das diversas lutas históricas que se efetivaram como verdadeiros movimentos de contestação ao sistema escravista (MOURA, 1981). Lutas de escravizados africanos, indígenas, quilombolas, que são constitutivas das experiências de resistência da classe trabalhadora brasileira.

Apesar dos avanços indicados, especificamente em relação aos conteúdos de classes e movimentos sociais, fundamentais à compreensão do significado da questão social como objeto da profissão na sua relação com a concepção de trabalho e emancipação humana, as dificuldades são reiteradas. Tais conteúdos, da forma como tem se desenvolvido nas unidades de ensino das diferentes regiões pesquisadas, conforme mencionado, não têm contribuído para a apreensão da questão social na profundidade e extensão que o tema exige.

Neste artigo buscamos reiterar a importância do debate das lutas sociais nas Diretrizes Curriculares do Serviço Social, enfatizando que essas lutas devem ser apreendidas a partir da conformação particular da classe trabalhadora no Brasil, que tem sua configuração fincada no longo período escravista e nas resistências a este.

AS LUTAS SOCIAIS COMO PARTE DOS FUNDAMENTOS DA QUESTÃO SOCIAL

Para explicitar as referências teóricas da compreensão das lutas sociais como parte dos fundamentos da questão social, vale a pena uma breve referência histórica à emergência de um conjunto de debates profissionais que tornaram possível esta análise. A articulação do serviço social com os processos organizativos das classes trabalhadoras e subalternas, tem uma raiz indiscutível no processo de reconceituação latino-americano, tratando-se de uma mediação

fundamental para que a profissão questionasse sua função social na reprodução dos conflitos de classes e experimentasse uma intensa politização que contribuiu com a ruptura das suas bases tradicionalistas.

Um debate mais profundo excede as possibilidades deste artigo¹, mas é possível identificar que o vínculo orgânico entre a profissão e as lutas sociais foi ganhando novas dimensões, superando equívocos que superdimensionaram sua função política, enriquecendo e conservando leituras de extrema importância que surgiram no período: a exemplo das pesquisas e experiências de trabalho junto a camponeses, mulheres, indígenas e trabalhadores, divulgados nas produções do Celats desde meados dos anos de 1970, que demonstram o processo pelo qual a profissão começa a compreender os sujeitos com os quais trabalha como parte das classes trabalhadoras e subalternas, na sua dimensão coletiva e de classe, no seu potencial organizativo.

A partir deste legado, são as análises que reconstróem o significado do serviço social na sociedade capitalista, as que semeiam um conjunto de chaves analíticas que vão nos permitir pensar as lutas sociais como parte dos fundamentos da questão social. Nos referimos, inicialmente, à obra de Iamamoto & Carvalho (1986), que ganha novos relevos e aprofundamentos na obra de Netto (1997); e posteriormente nos artigos de Iamamoto (2001) e Netto (2001), da revista *Temporalis* nº 3, que homenageamos nesta edição.

Da leitura destas obras e considerando a ênfase nas lutas sociais que estamos propondo, gostaríamos de apontar breves comentários, que não esgotam a enorme riqueza à qual nos convidam. Tendo como referência o ângulo geral da ascensão do capitalismo monopolista nos países centrais – ângulo que em ambas obras se concretiza na história da profissão com uma riqueza inusitada –, a emergência da questão social na primeira metade do século XIX é reconstruída a partir de dois fenômenos intrinsecamente vinculados: o pauperismo e as lutas do proletariado contra a burguesia. A questão social se explica a partir da dinâmica antagônica própria das relações sociais capitalistas. Como expressão da lei geral da acumulação capitalista retratada por Marx (1981), os processos de pauperização (relativa e absoluta) e de produção de uma população excedente para as necessidades de acumulação do capital, são componentes necessários e constitutivos da dinâmica histórica de exploração dessa ordem social, ou seja, estão associados inversamente ao desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e à produção de riqueza. Por ser produto das “[...] sequelas da exploração do trabalho, expressas nas condições de vida [...]” (IAMAMOTO; CARVALHO, 1986, p. 79):

[...] a questão social tem a ver com a emergência da classe operária e seu ingresso no cenário político, por meio das lutas desencadeadas em prol dos direitos atinentes ao trabalho, exigindo seu reconhecimento como classe pelo bloco do poder, e em especial, pelo Estado. Foram as lutas sociais que romperam o domínio privado nas relações entre capital e trabalho, extrapolando a questão social para a esfera pública, exigindo a interferência do Estado, para o reconhecimento e legalização de direitos e deveres dos sujeitos sociais envolvidos (IAMAMOTO, 2001, p.17).

A designação desse pauperismo pela expressão “questão social” relaciona-se diretamente aos seus desdobramentos sócio-políticos [...]. Foi a partir da perspectiva efetiva de uma reversão da ordem burguesa que o pauperismo se designou “questão social” [...] (NETTO, 2001, p. 43).

¹Para maior aprofundamento conferir Marro, Duriguetto, Panez e Orellana (2021); assim como os resultados de pesquisa reunidos na obra organizada por Iamamoto e Santos (2021).

As vanguardas trabalhadoras ascenderam, no seu processo de luta, à consciência política de que a “questão social” está necessariamente colada à sociedade burguesa: somente a supressão desta conduz à supressão daquela (NETTO, 2001, p. 45).

Dentre os diversos aspectos que desenham o significado das lutas sociais para o serviço social, gostaríamos de explicitar uma perspectiva teórico-metodológica que desdobramos a partir desta chave de análise presente em Iamamoto (2008): decifrar a questão social é também demonstrar as particulares formas de luta e de resistência acionadas pelos indivíduos sociais frente à questão social. Esta perspectiva de análise nos convida a: i) identificar que as expressões da questão social estão permeadas de luta e resistência, comportam traços conflitivos e antagônicos que perpassam a definição e implementação das políticas sociais; ii) valorizar as formas de auto-organização que as classes subalternas ensaiam frente ao conjunto de desigualdades sociais, politizando-as e vinculando-as com os processos de exploração e expropriação; iii) resgatar e dialogar com as críticas que os sujeitos coletivos ensaiam frente às formas de enfrentamento da questão social acionadas pelo Estado, nos municiando de uma aguçada lente para analisar o significado político das políticas sociais².

Apesar do desafio colocado por Iamamoto (2008) de superarmos “[...] uma *visão unívoca e indiferenciada* da questão social [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 164), será que temos exercitado essa perspectiva teórico-metodológica nas nossas pesquisas e reflexões? *Será que temos aprofundado as consequências teóricas e políticas desta perspectiva que afirma que as lutas sociais são parte dos fundamentos da questão social?*

A construção de um balanço teórico sobre a relação questão social e lutas sociais excede amplamente as possibilidades deste artigo, mas gostaríamos de assinalar alguns desafios que vêm sendo identificados em diversos âmbitos de debate e produção da profissão, também como reflexo de agendas que as próprias lutas das classes subalternas vêm apontando como urgentes e necessárias³.

Ao reconstruirmos a gênese da questão social, parece prevalecer nas nossas produções um ângulo bastante abstrato de reflexão que tem como referência os países de capitalismo central, dando pouca visibilidade aos seus contornos concretos à luz das particularidades nacionais e latino-americanas ou desde a dinâmica do capitalismo dependente, reproduzindo invisibilidades sobre suas bases sócio-históricas e seus sujeitos de resistência. Apesar da importância de qualificar a especificidade do pauperismo, é inegável que as bases sócio-históricas da questão

² Os elementos que apresentamos na caracterização desta perspectiva teórico-metodológica que indaga a questão social desde o ângulo das lutas sociais das classes subalternas, são patrimônio do processo de renovação crítica do Serviço Social brasileiro e estão presentes, de forma mais ou menos explícita, em diversas obras que abordam as lutas sociais, mas também as políticas sociais, os fundamentos históricos e teórico-metodológicos da profissão. Intelectuais como Nobuco Kameyama, Maria Beatriz Costa Abramides, Maria do Socorro Reis Cabral, Josefa Lopes, Marina Maciel Abreu, Franci Gomes Cardoso e Maria Rosângela Batistoni foram pioneiras na construção de uma trajetória de articulação e pesquisa junto aos movimentos sociais. Alguns elementos dessa trajetória histórica são apontados em Duriguetto e Marro (2016).

³ Para mencionar apenas algumas dessas iniciativas que vêm emergindo de forma simultânea em diferentes espaços e produções, lembramos das *lives* organizada pelo GTP Movimentos Sociais e Serviço Social e pelo GTP Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, realizadas respectivamente em 28 de julho e 25 de agosto de 2021 no canal da Abepss no Youtube; assim como nos debates realizados pela diretoria da Abepss no planejamento para o biênio 2021-2022, em que se aponta a necessidade das referências do pensamento social latino-americano e do aprofundamento das determinações étnico-raciais na compreensão da questão social.

social em *Nuestra América* comportam elementos que antecedem (e se fusionam) à industrialização, e se relacionam com os processos de acumulação primitiva (MARX, 1981) que tiveram na escravização de populações negras e indígenas um capítulo central. A *interdependência dialética* (MOURA, 1981) entre o *trabalho livre* e o trabalho escravizado ainda precisa ser aprofundada nas nossas produções, para compreendermos com maior riqueza as determinações étnico-raciais e patriarcais de gênero presentes desde a gênese da questão social.

Este ângulo é uma condição para que possamos dar maior visibilidade ao segundo elemento destacado: os sujeitos de resistência que foram centrais na emergência da questão social nestes trópicos, que na expressão do ideário reacionário da época, registrado por Moura, significa “[...] o constante perigo que a escravaria representa” (MOURA, 1981, p. 251). As lutas e resistências que criaram momentos de antagonismo com a emergente sociedade burguesa e deram forma concreta às expressões da questão social, impactando nas estratégias de enfrentamento do Estado, merecem ganhar maior relevo histórico nas nossas produções teóricas: identificando o protagonismo de rebeliões negras, indígenas, populares, que inclusive se fusionaram e deram rosto concreto às massas trabalhadoras e subalternas na nossa particularidade nacional⁴.

Outro dos desafios se relaciona com as nossas leituras contemporâneas das expressões da questão social. Apesar de referenciar nas nossas produções que as lutas sociais fazem parte dos seus fundamentos (quando o fazemos!), ainda exercitamos pouco aquela perspectiva teórico-metodológica que nos permitiria conhecer com maior concretude a articulação intrínseca entre os movimentos e experiências organizativas que pesquisamos e os traços de resistência das expressões da questão social; os processos de auto organização frente às desigualdades; as críticas desses sujeitos sobre o significado político das políticas sociais. É importante superarmos uma leitura que invisibiliza as rupturas, as dimensões de classe, coletivas e conflituosas nas expressões da questão social, tal como aponta Iamamoto (2008, p. 164). Um dos caminhos possíveis, como sugerem Abreu e Cardoso (2009), é a produção de acervos de dados que sistematizam essas informações, desde uma perspectiva de mobilização social que possa fortalecer espaços de luta dos segmentos subalternos.

CONFLITOS E INSURGÊNCIAS NO CAMPO, NA CIDADE E NA FLORESTA: APORTES PARA O DESVELAR DA QUESTÃO SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

As lutas e territórios de resistência, bem como os caminhos que essas lutas enfrentam na contemporaneidade, muito nos dizem acerca das conformações assumidas pela questão social no tempo presente. Um tempo forjado em meio às tensões e contradições de uma realidade na qual comunidades tradicionais e/ou periféricas são aliadas de seus territórios - postos em disputa - frente a despejos, pistolagens, invasões, desmatamentos e massacres.

Conflitos agrários, urbanos e socioambientais que, na medida em que dispostos sob estruturas patriarcais e racistas, enovelam violências contra meninas e mulheres, especialmente negras e de etnias originárias, aos processos de exploração neocolonialista da natureza e, com isso, estendem a devastação dos territórios também aos corpos-territórios (GOMES, 2021). Nesse cenário, o avanço do agro-hidro-minério-petro-negócio expropria terras, águas e condições de

⁴ No âmbito do Serviço Social há alguns trabalhos que vêm apontando esse desafio, a exemplo de Castelo, Ribeiro, Rocamora (2020); Soares (2020), Gonçalves (2018), dentre outros.

vida e de trabalho, conforme explicitam os próprios sujeitos atingidos⁵ e imersos em processos de resistência à ofensiva neoextrativista.

No devir de processos históricos de auto-organização e resistência de indígenas, ribeirinhos, quilombolas, atingidos por barragens, trabalhadores rurais e urbanos, e tantos outros povos e comunidades, movimentos sociais e processos político-organizativos insurgentes suscitam denúncias e interpelações às engrenagens da realidade contemporânea a partir de enfrentamentos expressos em acampamentos, ocupações, barreiras sanitárias⁶, greves, manifestações e ações de solidariedade de classe. Estas chegam a representar mais de 70% no universo das 1.348 manifestações de luta registradas pela Comissão Pastoral da Terra (CPT) (2021), no ano de 2020 e, na explicação dos movimentos, longe de qualquer perspectiva *amorfa* de solidariedade, trata-se de mobilizá-la como constitutiva de processos organizativos e de rebeldias.

Concomitantemente, o mesmo relatório identifica pelo menos 84 ações de criminalização das lutas, movimentos, organizações e seus sujeitos (dentre assassinatos, tentativas de assassinato, ameaças de morte, prisões, agressões e, no caso de mulheres inseridas em lutas fundiárias, territoriais e socioambientais, também estupros), direcionadas, sobretudo, a sem-terra, posseiros e quilombolas, indicando uma escalada crescente da conversão das ações do aparato repressivo em ainda mais letais, especialmente em se tratando de conflitos decorrentes de lutas sociais.

Nessa perspectiva, face o progressivo aumento do exercício da violência policial, militar e paramilitar na contenção das tensões sócio-políticas, temos, de acordo com Castelo (2009), um padrão de intervenção na questão social conformado pela militarização que, ao agregar elementos consensuais e coercitivos, hegemônicos e ditatoriais, não recorre apenas aos aparelhos policiais, mas também aos militares, com implicações no âmbito do trabalho de base, da organização e mobilização popular e da construção de alianças para fortalecer um novo projeto hegemônico.

Dando por reconhecida a necessidade de construção da resistência, organizada e classista, no campo mediato e imediato, impõe-se, ainda mais, a inadiável reafirmação da relação orgânica entre questão social – em seus fundamentos e múltiplas expressões históricas e contemporâneas –, lutas sociais e serviço social, em particular na formação profissional, desde a perspectiva das diretrizes curriculares da Abepss.

⁵Depoimentos de lideranças, militantes e dirigentes políticos de distintos movimentos, organizações e experiências político-organizativas podem ser encontrados nas *lives* do Projeto Abepss ao Vivo (1ª e 2ª temporada), transmitida pelo canal no Youtube da entidade. Reconhecemos os debates produzidos no referido formato, usual ferramenta dos últimos tempos, como constitutivos do acúmulo teórico-político dos GTPs e por essa razão os mobilizamos para as reflexões aqui desenvolvidas. Reforçamos observação anterior que, para além das *lives*, organizadas pelo GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, também tomamos como referência os debates provocados a partir das *lives* promovidas pelo GTP Questões Agrária, Urbana, Ambiental e Serviço Social, bem como pelo GTP Serviço Social, Relações de Exploração/Opressão de Gênero, Feminismos, Raça/Etnia e Sexualidades, dada as interfaces do nosso GTP, especialmente (embora não somente), com os debates e acúmulos processados no âmbito destes dois outros GTPs mencionados.

⁶ Refere-se ao movimento autônomo, realizado sobretudo por indígenas e quilombolas no contexto da pandemia do SARS-CoV-2 (coronavírus), de bloqueio aos acessos dos seus territórios, visando obstaculizar a entrada e alastramento do vírus nas comunidades, assim como impedir caça, garimpo, extração ilegal de madeira, grilagem, etc.

MOVIMENTOS E LUTAS SOCIAIS NAS DIRETRIZES CURRICULARES⁷

O debate sobre os movimentos e lutas sociais na proposta de diretrizes curriculares para o curso de serviço social de 1996, remete ao cenário e discussões emergentes do contexto de sua elaboração, portanto, separado por um curto período em relação ao currículo anterior vigente naquele momento, aprovado em 1982.

As Diretrizes Curriculares de 1996, o Código de Ética da/o Assistente Social (1993) e a nova Lei de Regulamentação da profissão (1993), expressam o arcabouço do nosso projeto ético-político profissional de ruptura com o conservadorismo, que tem como marco a direção social da profissão, definida a partir do III Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais (CBAS) de 1979, conhecido como *Congresso da Virada*, como momento em que as/os assistentes sociais se reconhecem como trabalhadores/as em sua condição de assalariamento, inscrita na divisão sociotécnica do trabalho, bem como define o projeto profissional em seu compromisso com os direitos sociais e trabalhistas da classe trabalhadora. Posteriormente, avançamos reconhecendo a divisão sociotécnica racial e sexual do trabalho.

Nesta direção, o projeto ético-político do serviço social possui uma direção sócio-política estratégica, o que pressupõe sua articulação com o processo de lutas e mobilizações de massas na perspectiva classista, sejam essas lutas imediatas ou históricas, do campo ou da cidade, desenvolvidas pelo movimento social, sindical, popular ou por coletivos, que se ampliam, a cada dia, nos territórios. Territórios repletos de lutas, de rebeldias e de resistências da classe trabalhadora nas suas múltiplas expressões no nosso país. Ora, se a matéria-prima do trabalho profissional é a questão social, constitutiva da sociedade de classes do capital, suas expressões e determinações devem estar presentes na formação e no trabalho profissional.

O reconhecimento da questão social como matéria prima do trabalho profissional pressupõe estarmos atentas/os ao solo histórico, estrutural e conjuntural da sociedade brasileira em que se processam as relações contraditórias entre capital e trabalho. As diretrizes, como sabemos, se expressam em três núcleos de fundamentação que apresentam sua atualidade: o Núcleo de Fundamentos Teórico-Methodológicos da Vida Social, o Núcleo de Fundamentos da Realidade Sócio-Histórica da Sociedade Brasileira e o Núcleo de Fundamentos do Trabalho Profissional (ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL, 1997).

A profissão não é fundada em disciplinas ou teorias, mas no movimento histórico concreto da realidade⁸. Nesse sentido, os movimentos sociais e as lutas sociais, bem como a análise e a articulação permanente com essas lutas são constitutivas do nosso trabalho profissional e da

⁷ O presente tópico consiste em uma transcrição parcial da exposição realizada por Maria Beatriz Costa Abramides durante a Live *Lutas Sociais e Questão Social no Brasil: diretrizes curriculares do Serviço Social em debate*, transmitida pelo Youtube e Facebook da Abepss em 28 de julho de 2021. A referida transcrição, para fins deste artigo, foi devidamente autorizada e revisada pela expositora. O debate na íntegra pode ser acessado em: https://www.youtube.com/watch?v=ogAnqdu_4kY&t=35s.

⁸ Conforme se identificou em pesquisa promovida pela Abess e Programa de Estudos Pós-Graduados em Serviço Social da PUCSP, entre 1987 e 1988, que buscava analisar as principais tendências na compreensão da metodologia do serviço social e seus desdobramentos no processo de ensino-aprendizagem do serviço social, nos marcos da implantação do currículo mínimo de 1982. Os resultados dessa pesquisa foram publicados no Caderno Abess nº. 3 (março de 1989).

materialização das diretrizes curriculares, o que pressupõe que os movimentos sociais não podem ser apêndices na formação profissional, mas são parte estruturante na vinculação com as áreas de fundamentação.

Um dos legados centrais das diretrizes curriculares de 1996 é a vinculação, portanto, entre projeto profissional e projeto societário na perspectiva da superação da ordem burguesa. Nessa direção, o trabalho se constitui como categoria fundante do ser social e presente na formação e no exercício profissional no âmbito da luta de classes, na perspectiva de uma sociedade emancipada, sem exploração e opressão social de classe, gênero, raça/etnia, orientação sexual e geracional. Por conseguinte, as dimensões de gênero, raça, classe, etnia e geração, também são constitutivas e não opcionais no projeto de formação profissional.

Compreende-se assim que tem sido assertiva a proposta da Abepss em fomentar discussões em torno dessas pautas. As reflexões produzidas pelos GTPs da Abepss, em particular as ações realizadas pelo GTP de Raça, Gênero, Etnia e Sexualidade e o GTP de Movimentos Sociais e Serviço Social têm contribuído nas lutas antirracistas e antipatriarcais, em que se pese a constatação que ainda há muito por se inserir dessa discussão nas Unidades de Formação Acadêmica (UFAs) e no exercício profissional das/os assistentes sociais.

A manutenção desse legado de mais de 40 anos de ruptura com o conservadorismo se deve à vinculação da profissão com as lutas e movimentos sociais, processo esse, não sem dificuldades e contradições. Nos anos de 1980, nas lutas contra a ditadura, o capitalismo e o imperialismo, os/as assistentes sociais estiveram colados/as nos movimentos sociais, nas lutas sociais, sindicais e populares. Nos anos 1990, há um arrefecimento das lutas sociais pelo avanço do neoliberalismo, em que a classe trabalhadora é empurrada para lutas defensivas.

Do ponto de vista teórico, também se avança a partir da teoria social de Marx, na compreensão do materialismo histórico dialético, da relação entre lutas imediatas por trabalho, emprego, salário, saúde, educação, contra o racismo, homofobia e o patriarcado, vinculados às lutas históricas pelo fim da propriedade privada, pelo fim das classes, pelo fim do trabalho alienado e na direção de uma sociedade emancipada, igualitária e libertária.

Apesar dessas conquistas, ainda temos muito por avançar em alguns pontos, que devem estar em permanente discussão e aprofundamentos: i) na implantação de fato da relação ensino, pesquisa e extensão nas universidades e que o conteúdo das lutas e dos movimentos sociais sejam transversais a essas três dimensões da formação profissional; ii) na formação sócio-histórica temos que aprofundar o significado da questão racial como estrutural das relações sociais e da dinâmica do capitalismo dependente brasileiro, onde negras e negros foram escravizadas/os para atender à dinâmica da assim chamada acumulação primitiva do capital e no interior da classe trabalhadora são as/os mais exploradas/os, oprimidas/os e racializadas/os. Portanto, o pauperismo que se espraia é brutal. As negras e negros são as/os que primeiro compõem o precariado, sendo marginalizadas/os do processo produtivo da grande indústria. Faz-se necessário também recuperar (ou introduzir) autoras/es negras/os que tratam das lutas e rebeliões das senzalas, entre eles/as Clóvis Moura, Lélia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Frantz Fanon, entre outros/as. Da mesma maneira, não se pode deixar de abordar as populações originárias e indígenas ancestrais em nosso país e em toda a América Latina. iii) na questão da organização político-sindical da classe trabalhadora, ainda muito ausente na formação

profissional. É importante lembrar que a própria organização político-sindical das/os assistentes sociais por ramo de atividade é um debate pouco conhecido e que esse acúmulo não pode ficar sem reflexão por uma categoria, que ainda tem, majoritariamente, seu vínculo empregatício na esfera pública. Vínculo que é ameaçado através do Projeto de Emenda Constitucional nº 32/2020 (PEC 32/2020)⁹ e que, evidentemente, se aprovada, acabará com a estabilidade no serviço público, com concursos públicos, ou seja, implicará no retorno ao clientelismo, ao apadrinhamento do período colonial nesse país.

À GUIA DE CONCLUSÃO: DESAFIOS NO ÂMBITO DO GTP MOVIMENTOS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL

Os acúmulos do GTP Movimentos Sociais e Serviço Social, presentes em diversas elaborações e documentos publicizados na última década, têm contribuído para qualificar o estado da arte da produção sobre a temática. Revelam desafios teórico-investigativos e políticos que convidam ao adensamento desta produção e ao enraizamento do debate acerca das classes e lutas sociais no âmbito da pesquisa, do ensino, da extensão, da relação entre graduação e pós-graduação e do trabalho profissional.

Uma leitura inicial acerca do estado da arte na produção do serviço social, demanda reconhecer diferentes períodos e características nas abordagens realizadas sobre as lutas sociais das classes subalternas; tendência que segue o ritmo da própria conjuntura histórico-social, destacando-se, nos limites deste artigo, alguns traços gerais que os diferenciam:

i) na década de 1980, Duriguetto e Baldi (2012), identificam em diálogo com Yamamoto, que embora o tema tenha polarizado o debate da categoria profissional e norteado algumas pesquisas, não se espelhou em uma produção acadêmica significativa. Entretanto, marcadas pelo processo de renovação crítica do serviço social brasileiro - e apesar de algumas imprecisões teóricas¹⁰ ou insuficiências em torno das mediações necessárias no vínculo profissional com os movimentos sociais -, é possível identificar algumas produções que refletem sobre experiências de intervenção a partir da investigação-ação, da educação popular, da assessoria aos movimentos sociais, ganhando relevância os chamados projetos pilotos universitários, de estágio e extensão, que buscam criar novas bases de legitimidade da profissão junto aos grupos subalternos, a exemplo da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Universidade Federal do Maranhão (UFMA) e Universidade Federal do Pará (UFPA). Também se destaca a organização sindical dos assistentes sociais no contexto da transição para os sindicatos por ramo de produção e atividade, com as pesquisas de Abramides e Cabral (1995);

ii) as décadas seguintes se diferenciam pelo paulatino adormecimento do protagonismo destes sujeitos nas produções da área, dando visibilidade aos efeitos institucionais em detrimento dos

⁹ No momento de elaboração deste artigo, a PEC32/2020, encontra-se pronta para entrar em votação no plenário da Câmara dos Deputados Federais, segundo dados disponíveis em: <https://www.camara.leg.br/propostas-legislativas/2262083>. Acesso em: 30 out. 2021.

¹⁰ Analisando a literatura profissional, alguns autores assinalam o trato *homogêneo* dos movimentos sociais; a superestimação das suas possibilidades de mudança e de seu caráter *progressista*; o ecletismo no tratamento de diversas e contraditórias concepções de movimento social; noções imprecisas da questão da *transformação social* no serviço social – desde identificações com a conquista de direitos sociais até a subversão da própria ordem capitalista –, acompanhadas de uma supervalorização do agente profissional no seu *compromisso com os setores populares* (SILVA e SILVA, 1995; DURIGUETTO, 1996; MARRO, 2011).

processos organizativos e das lutas de ação direta (ABRAMIDES *et al*, 2013). Segundo Iamamoto, “[...] a ênfase nos movimentos sociais parece ter sido deslocada pela prioridade aos desafios atinentes ao controle social democrático no âmbito das políticas públicas por meio dos Conselhos de Políticas e de Direitos [...]” (IAMAMOTO, 2008, p. 461-462). Nessa mesma direção, Cardoso & Lopes (2009), constataam a partir da década de 1990, a inexistência de avanços significativos do trabalho das/os assistentes sociais nas organizações da classe trabalhadora.

iii) por sua vez, a produção recente ainda enfrenta inúmeros desafios, mas vem ganhando destaque a partir do crescimento de uma pluralidade de movimentos e sujeitos pesquisados, no campo e na cidade, nas florestas e territórios tradicionais de resistência. O protagonismo destes sujeitos cobra presença na formação profissional através de uma nova valorização da extensão universitária ou de trabalhos de pesquisa que buscam conhecer seus processos organizativos, suas reivindicações, seu poder de confrontação à luz da dinâmica atual do capitalismo dependente, a exemplo dos trabalhos reunidos em Abramides & Duriguetto (2014). Como veremos a seguir, ainda que com pesquisas incipientes, identificamos importantes trabalhos que vêm abordando a relação e a presença das lutas sociais nas Diretrizes Curriculares.

Pesquisa realizada sobre o estado da arte das produções acadêmicas que tem como objeto de estudos as organizações, as lutas e os movimentos sociais e/ou a relação entre o serviço social e as lutas sociais, identifica que as análises se centraram “[...] nas origens, nos processos de desenvolvimento, no conteúdo das suas lutas e demandas; a relação com o Estado pela via das demandas por políticas sociais e, neste âmbito, em maior expressão, a reflexão sobre os espaços conselhistas” (DURIGUETTO, 2017, p. 535). Há um esforço no sentido de explicitar os conflitos de classe nos processos históricos da formação social brasileira. Entretanto, em relação ao tratamento desses conflitos, estudos sobre a esfera extra institucional vêm sendo secundarizados/ocultados, apontando para uma maior ênfase em espaços institucionais, em especial, nos conselhos de direitos. O que esses estudos revelam é, ainda, uma incipiente produção acadêmica sobre as lutas e os movimentos sociais.

Ainda que incipientes, nas produções que se debruçaram, especificamente, na relação do serviço social com os movimentos sociais, há um esforço em problematizar os impactos produzidos pelo trabalho profissional junto aos movimentos sociais, dando visibilidade às reflexões sobre os limites e avanços dessa relação. Contudo, nessa relação entre serviço social e movimentos sociais é mais significativo a tematização acerca da organização política da categoria profissional, com destaque para a sindical. A inserção profissional em experiências de assessoria aos movimentos sociais realizadas por meio de projetos de pesquisa, estágio e extensão em universidades públicas se revelam em menor número em relação às análises acerca da intervenção profissional nos espaços dos conselhos de direito.

Outro aspecto se refere às influências teóricas. É possível identificar que essas produções acadêmicas incorporam categorias da tradição marxista, como classe social, luta de classes, consciência de classe, Estado etc. Contudo, há um crescimento das premissas teóricas pós-modernas (constructos culturalistas/acionalistas) e de diversas tradições teóricas que culminam no ecletismo e no relativismo, no que tange, às conceituações acerca dos movimentos sociais, da democracia, da sociedade civil, da esfera pública e etc., o que denota “[...] imprecisões teóricas acerca da problematização das questões que são objeto das pesquisas realizadas” (DURIGUETTO, 2017, p. 535).

Ademais, do trabalho produzido e acumulado na trajetória deste GTP, há de se notar que a preocupação em apreender o desenvolvimento da temática movimentos sociais e serviço social em ementas, programas e bibliografias das disciplinas de graduação e pós-graduação nas unidades de formação e a preocupação com a construção de parâmetros técnico-operativos para a intervenção profissional nos processos de organização e mobilização popular são demandas acadêmicas e político-profissionais postas desde os primeiros passos de sua implementação, conforme indicam seus relatórios¹¹.

No âmbito da formação profissional, esforços nessa direção encontram-se em andamento, a exemplo das pesquisas de Farage *et al* (2020), Marconsin (2019) e Guimarães (2021)¹². Sínteses preliminares e aproximativas das investigações em curso permitem falar em um certo distanciamento sobre o debate de movimentos sociais na formação, com o ensino, a pesquisa e a extensão relativas ao temário das lutas sociais estando predominantemente concentrado nas unidades públicas, sendo extremamente insuficientes nas unidades privadas, nas modalidades de ensino presencial e à distância.

Compreendemos como tarefa do GTP o acompanhamento das pesquisas aludidas e posterior promoção de espaços de socialização e debate a fim de subsidiar a construção de uma proposta de formação profissional acerca da temática movimentos e lutas sociais a ser apresentada para a Abepss. Além disso, o estímulo à realização de outras iniciativas de investigação do temário das lutas sociais na formação profissional de assistentes sociais na contemporaneidade, como por exemplo, pesquisas que abarquem a realidade da pós-graduação ou experiências de estágio supervisionado em projetos de extensão junto a movimentos sociais.

No âmbito do trabalho profissional, observa-se também, a partir de levantamento publicado no Cfess Manifesta (2018) que há poucas publicações teóricas *sobre análises e relatos de experiências de intervenção com estes sujeitos coletivos*, o que corrobora a ideia de que ainda persiste uma dificuldade em caracterizar a intervenção do serviço social junto aos movimentos sociais como constitutivo do trabalho profissional.

O horizonte que se apresenta para o GTP, nessa perspectiva, é o da necessidade de avançar na construção dos parâmetros para atuação profissional junto aos movimentos sociais, em parceria com o Conjunto Cfess/Cress¹³ e em diálogo com estes sujeitos. A preocupação crucial é problematizar demandas de cunho punitivista, postas aos/às assistentes sociais em seus espaços de trabalho, que inscrevem a atuação profissional como força auxiliar da repressão aos movimentos organizados e, portanto, em direção contrária ao construído e expresso pelo projeto ético-político da profissão.

¹¹ Os mesmos podem ser acessados em: <https://www.abepss.org.br/gtps/tema-4/documentos-31>

¹² Tendo o debate de movimentos sociais na formação profissional como objeto de estudo, as pesquisas mencionadas, com distintos recortes, amostras e provocações teórico-analíticas, contemplam, respectivamente: cursos públicos filiados à Abepss; unidades de ensino dos estados do Rio de Janeiro e São Paulo (públicas, comunitárias e privadas - presenciais e à distância); e cursos públicos e privados presenciais, com ou sem vinculação à Abepss, dos nove estados da região Nordeste. Agradecemos às pesquisadoras pela socialização dos seus respectivos relatórios de pesquisa, parciais ou finais, com o GTP.

¹³ Uma primeira iniciativa nessa direção, embora ainda insuficiente, expressa-se na publicação do Cfess Manifesta 'O trabalho de assistentes sociais junto aos movimentos sociais', produzido pelo GTP Movimentos Sociais e Serviço Social e publicado pelo CFESS em dezembro de 2018.

Esperamos com isso inscrever o acúmulo coletivo do GTP para a necessária superação da invisibilidade das expressões de resistência da questão social em nossas reflexões e intervenções, dando capilaridade às diretrizes curriculares nas UFAs e seus projetos pedagógicos.

Tal como afirmamos anteriormente, precisamos exercitar mais a perspectiva analítica que afirma as lutas sociais como parte dos fundamentos da questão social: enriquecendo a leitura das bases sócio-históricas e dos sujeitos do antagonismo de classes que deram contorno concreto à emergência da questão social no país e na região latino-americana; analisando e interpelando suas expressões pela lente do movimento das classes subalternas. Isso significa avançarmos em estudos que valorizem os conflitos, as rebeldias e resistências que perpassam a questão social e se repõem como demandas para a atuação profissional; que dialoguem com os processos de auto-organização protagonizados pelos sujeitos subalternos; que estejam atentos à funcionalidade repressiva de alguns mandatos institucionais a partir de uma reflexão crítica sobre o significado das políticas sociais com as quais trabalhamos.

Desafios que, para serem respondidos à altura, necessariamente demandam o fortalecimento das articulações entre profissionais, unidades de formação, núcleos, grupos e redes de pesquisa e extensão. E mais: dizem respeito diretamente a esforços que não podem prescindir do vínculo orgânico com os movimentos e lutas das classes subalternas.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL. *Subsídios para o debate sobre a questão étnico-racial na formação em serviço social*. Vitória: Abepss, 2018.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESCOLAS DE SERVIÇO SOCIAL; CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E PESQUISA EM POLÍTICAS SOCIAIS E SERVIÇO SOCIAL. Diretrizes gerais para o curso de serviço social: com base no currículo mínimo aprovado em Assembleia Geral Extraordinária de 08 de novembro de 1996. In: **Caderno Abess**, São Paulo: Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess); Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (Cedepss); Cortez Editora, Edição Especial, n. 7, 1997.

ABRAMIDES, Maria Beatriz *et al.* GTP Movimentos sociais e serviço social. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 13, n. 26, p.183-203, jul/dez. 2013.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; DURIGUETTO, Maria Lúcia (org). **Movimentos sociais e serviço social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

ABRAMIDES, Maria Beatriz; CABRAL, Maria do Socorro Reis. **O novo sindicalismo e o serviço social: trajetória e processos de luta de uma categoria – 1978 – 1988**. São Paulo: Cortez, 1995.

ABREU, Marina Maciel; CARDOSO, Franci Gomes. Mobilização social e práticas educativas. In: **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília (DF): CFESS; ABEPSS, 2009.

CADERNO ABESS. São Paulo: Cortez, n.3, mar.1989. 191 p.

CARDOSO, Isabel Cristina da Costa *et al.* Proposta básica para o projeto de formação profissional – novos subsídios para o debate. **Caderno Abess**, São Paulo: Associação Brasileira de Escolas de Serviço Social (Abess); Centro de Documentação e Pesquisa em Políticas Sociais e Serviço Social (Cedepss); Cortez Editora, Edição Especial, n. 7, 1997.

CARDOSO, Franci Gomes. As novas diretrizes curriculares para a formação profissional do assistente social: principais polêmicas e desafios. **Temporalis**: Brasília (DF): Brasília, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL; Valci, v. 1, n. 2, jul./dez.2000.

CARDOSO, Franci Gomes; LOPES, Josefa Batista. O trabalho do assistente social nas organizações da classe trabalhadora. *In*: SERVIÇO Social: direitos e competências profissionais. Brasília: CFESS-ABEPSS, 2009.

CASTELO, Rodrigo. As encruzilhadas da América Latina e a militarização da “Questão Social”. **Temporalis**: Brasília (DF): Brasília, Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, n. 18, 2009.

CASTELO, Rodrigo; RIBEIRO, Vinicius; ROCAMORA, Guilherme. Capitalismo dependente e as origens da “questão social” no Rio de Janeiro. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo: Cortez, n. 137, p. 15-34, jan./abr. 2020.

CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL. **O trabalho do Assistente Social junto aos movimentos sociais**. *CFESS Manifesta*. Brasília (DF), 2018. Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/2018-CfessManifesta-16Enpess-GTPAbepss-site.pdf>. Acesso em: 15 out. 2021.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2020. Goiânia: CPT Nacional, 2021.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. **A temática dos movimentos sociais e sua incorporação no serviço social**. 1996. Dissertação (Mestrado em Serviço Social)-Programa de pós-graduação em Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1996.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. Produção de conhecimento dos cursos de Pós-graduação em Serviço Social sobre lutas, organizações, movimentos sociais e Serviço Social. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 17, n. 34, jul./dez. 2017.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; BALDI, Luiz. Movimentos sociais e serviço social: uma análise da produção acadêmica. *In*: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISADORES EM SERVIÇO SOCIAL, 13., 2012, Juiz de Fora, nov.2012.

DURIGUETTO, Maria Lúcia; MARRO, Katia. Serviço Social, lutas e movimentos sociais: a atualidade de um legado histórico que alimenta os caminhos de ruptura com o conservadorismo (p.97-118). *In*: SILVA, Maria Liduína. **Serviço Social no Brasil**: história de resistências e de ruptura com o conservadorismo. São Paulo: Cortez, 2016.

ELPIDIO, Maria Helena. Diretrizes curriculares e questão racial: uma batida pulsante na formação profissional. **Revista Katálysis** [online], v. 23, n. 3, pp. 519-527, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p519>. Epub 16 Out 2020. Acesso em: 30 out.2021. DOI: [10.1590/1982-02592020v23n3p519](https://doi.org/10.1590/1982-02592020v23n3p519).

FARAGE, Eblin *et al.* **Formação Profissional, Serviço Social e Movimentos Sociais**: desafios ao projeto ético-político. Rio de Janeiro: UFF, 2020 [relatório parcial de pesquisa].

GOMES, Tatiana Emília Dias. “Os carrascos avançam”: múltiplas violências do patriarcado patronal branco contra mulheres em conflitos agrários e socioambientais. In: COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no campo**: Brasil 2020; Goiânia: CPT Nacional, 2021.

GONÇALVES, Renata. Quando a questão racial é o nó da questão social. **Katálysis**, Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, 2018.

GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. **Movimentos Sociais e Fundamentos do Serviço Social**: entrelaçamentos e paradoxos na formação profissional. Rio de Janeiro: UFRJ, 2021 [relatório parcial de pesquisa].

IAMAMOTO, Marilda. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, Marilda. A questão social no capitalismo. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, p. 9-32, jan./jun. 2001.

IAMAMOTO, Marilda; CARVALHO, Raul. **Relações Sociais e Serviço social no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, Lima: CELATS, 1986.

IAMAMOTO, Marilda; SANTOS, Claudia Mônica dos. **História pelo avesso, A reconceituação do Serviço social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

MARCONSIN, Cleier. **Serviço Social e Movimentos Sociais**: um estudo no âmbito da formação profissional. São Paulo: PUC, 2019 [relatório final do estágio pós-doutoral].

MARRO, Katia. **Serviço Social em movimento**: experiências universitárias de trabalho e articulação com movimentos e organizações das classes subalternas na contemporaneidade. Relatório de Pesquisa, UFF-PURO, Rio das Ostras, 2011 (mimeo).

MARRO, Katia; DURIGUETTO, Maria Lúcia; PANEZ, Alexander; ORELLANA, Víctor. Nas universidades, nas ruas, nas *villas* e sindicatos: o Trabalho Social Argentino reconceptualizando sua história. In: IAMAMOTO, Marilda; SANTOS, Claudia Mônica dos. **História pelo avesso: a reconceituação do Serviço social na América Latina e interlocuções internacionais**. São Paulo: Cortez, 2021.

MARX, Karl. **El Capital**. Tomo I. 3. reimpressão. La Habana: Editorial de Ciencias Sociales, 1981.

MOURA, Clóvis. **Rebeliões da Senzala**. Quilombos, insurreições, guerrilhas. 3. ed. São Paulo: Libreria Editora Ciências Humanas, 1981.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista y servicio social**. São Paulo: Cortez, 1997.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 2, n. 3, p. 41-50, jan./jun. 2001.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira. **O Serviço Social e o Popular**. Resgate Teórico-Methodológico do Projeto Profissional de Ruptura. São Paulo: Cortez, 1995.

SOARES, Maria Raimunda P. Lutas e resistências quilombolas no Brasil: um debate fundamental para o Serviço Social. **Em Pauta**, Rio de Janeiro, v. 18, n 46, p. 52-67, 2020.

TAVARES, Maria Augusta. Questão Social e Serviço Social em debate. **Temporalis**, Brasília (DF): Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social, ano 7, n. 14, jul./dez. 2007.